

# Carta Política

Campanha Cidades Seguras para as Mulheres



*Nós, mulheres de diversas localidades e comunidades de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e São Paulo, que há muito denunciemos e lutamos pelo fim da opressão machista, cansadas de vermos repetidamente as próprias vítimas serem humilhadas e culpabilizadas pelo assédio sexual ou agressões sofridas, reivindicamos uma Cidade Segura para as Mulheres, que garanta o direito de todas nós a uma vida sem violência.*

A insegurança e o medo da violência que experimentamos nos espaços públicos limitam nossa mobilidade e o desenvolvimento de nossas potencialidades. Diariamente temos que mudar nosso comportamento, nossa vestimenta e até nossos horários e trajetos para evitarmos o desrespeito. A falta de qualidade dos serviços públicos nos torna ainda mais vulneráveis. Queremos uma cidade que respeite as mulheres e que esteja preparada para o uso igual por todos os gêneros.

## Problema

O espaço público não considera as necessidades e os desejos das mulheres. As cidades são planejadas com base nos papéis socialmente estabelecidos: para as mulheres, o doméstico, o reprodutivo; para os homens, o público, o produtivo. As mulheres são impossibilitadas de viverem plenamente em suas cidades, muitas vezes por insegurança ou medo de sofrerem assédio ou violência. Isto é mais agravado quando se trata de mulheres e meninas que vivem em situação de pobreza. A insuficiência e precariedade dos serviços públicos básicos oferecidos como educação, transporte, policiamento, iluminação e saúde aumentam ainda mais a vulnerabilidade das mulheres. Soma-se a esta situação, a dificuldade no acesso a políticas inclusivas de gênero, além de programas eficientes de combate à violência contra a mulher em espaços públicos.

Os investimentos do governo federal e estadual em grandes projetos como o PAC, a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos também tem implicado em processos de remoção que atingem diversas regiões do país em nome do desenvolvimento econômico. Mulheres são despejadas de suas casas junto com seus filhos, para que seus lares deem lugar à construção de estádios de futebol, ferrovias e portos. As ofertas de trabalho se multiplicam nas cidades que recebem estes investimentos e projetos. As condições oferecidas aos homens não os permite trazer suas famílias. E a presença intimidadora desses milhares de homens de fora, sozinhos e sem lazer no local tem aumentado significativamente casos de gravidez precoce, exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes, prostituição de jovens de ambos os sexos, propagação de doenças sexualmente transmissíveis e uso de drogas.

Garantir que o espaço urbano seja acessado por homens e mulheres de maneira igualitária não é só urgente, mas essencial para a construção de cidades seguras para as mulheres.

## Solução

Queremos Cidades Seguras para as mulheres. Exigimos que nosso direito à cidade seja efetivamente protegido e respeitado. Queremos o compromisso do Governo, do Legislativo e dos prestadores de serviços públicos para adotar medidas e políticas que promovam ações que ponham um fim a violência contra as mulheres e melhorem os espaços públicos para mulheres e jovens. Demandamos:

### Iluminação pública

- Governo e concessionárias têm que garantir a universalização da implantação e manutenção da iluminação pública, fazendo o serviço chegar a todas as ruas, becos, praças, praias, ciclovias, parques, comunidades, pontos de espera por transporte público, e quaisquer acessos a unidades de utilidade pública como estabelecimentos de ensino e de saúde.

## **Transporte:**

- Promover melhoria na qualidade e quantidade da frota dos meios de transporte público, priorizando a oferta para as áreas de periferia e comunidades.
- Garantir a integração ou combinação de diferentes tipos de transporte público para melhor atender toda a cidade, principalmente durante o horário noturno e em locais de difícil acesso.
- Dialogar com as comunidades as propostas de novas rotas e a utilização de terminais integrados para transporte.
- Retirar ou substituir as propagandas de “outbus” que impedem a visibilidade de dentro dos veículos e favorecem a prática de violência.
- Veicular campanhas educativas dentro dos transportes públicos para inibir assédio e violência de gênero.
- Capacitar motoristas e cobradoras/es para lidarem com casos de assédio dentro dos coletivos.

## **Policimento:**

- Capacitar policiais para atendimento humanizado aos casos de violência contra a mulher e coibição de casos de assédio sexual.
- Promover ações educativas para informar e conscientizar a população sobre como agir em caso de violência contra a mulher.
- Debater sobre a possibilidade de leis específicas de combate à violência contra a mulher em espaços públicos.
- Promover espaços de diálogo entre polícia e moradoras/es para discussão sobre formas de abordagem e atuação nas comunidades.
- Aumentar o número de delegacias especializadas da mulher para atender casos de violência, com profissionais sensíveis às particularidades de gênero.
- Exigir dos governos estaduais que as Delegacias da Mulher funcionem 24h, como forma de combater a violência doméstica, uma vez que a grande maioria das agressões ocorre justamente nos finais de semana, feriados e nas madrugadas.

## **Educação:**

- Implementar estratégias para promoção de uma educação não sexista, não racista, não homofóbica e inclusiva, a partir de diálogos do governo com conselhos, fóruns de educação, organizações da sociedade civil e grêmios estudantis.
- Identificar e coibir os problemas de violência nas escolas a partir do diálogo com a comunidade educacional.
- Promover uma melhoria na qualidade e na quantidade das creches, principalmente nas periferias em sintonia com as demandas das mães e pais nas comunidades para melhor atender os usuários desses equipamentos.
- Implementar estratégias de diálogo em conjunto com as comunidades com objetivo de debater a temática do uso de drogas, gravidez precoce e educação sexual.
- Implantar o programa de treinamento e sensibilização de professores para tratar a questão do estupro na infância, sugerido pela iniciativa *Não Mereço Ser Estuprada*.

## **Moradia:**

- Suspender todos os processos de remoções forçadas em curso no país. Em casos em que as remoções já tenham acontecido, ou não possam ser canceladas, dialogar com as comunidades a realocação e o pagamento de indenizações justas.
- Ampliar o crédito do Programa Minha Casa, Minha Vida e garantir o atendimento de 20% da demanda do programa para famílias com até três salários mínimos.
- Garantir que no mínimo 5% das unidades habitacionais construídas pelo poder público em todas as esferas governamentais sejam destinados às mulheres vítimas de violência.
- Destinar recursos governamentais para um programa habitacional que seja integrado a outros programas sociais (saúde, educação, criança e adolescente, cultura etc).
- Promover o acesso das mulheres ao programa de crédito fundiário, na cidade, no meio rural e nas comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, negras, ciganas, respeitando suas especificidades.

## **Saúde**

- Promover ações educativas e informativas para conscientizar moradoras/es sobre como e onde procurar serviços públicos específicos de saúde e de atendimento para casos de violência contra mulheres.
- Apoiar a formação mais humanizada dos agentes de saúde, para obter melhorias no atendimento preventivo.
- Capacitar profissionais para um atendimento sensível a gênero nas unidades de saúde.
- Aumentar a qualidade dos hospitais, com equipamentos adequados e médicos em número suficiente para atender a demanda.
- Incentivar o uso dos espaços públicos comunitários para realização de atividades físicas, proporcionando a instalação de equipamentos específicos.

## **Participação:**

- Construir, em conjunto com as diferentes comunidades e organizações da sociedade civil, um diálogo ativo e contínuo entre governo, prestadores/concessionárias de serviços públicos e população local, para identificação dos problemas existentes na região, buscando melhorias no atendimento e resolução das questões existentes.
- Criação e/ou fortalecimento de uma ouvidoria junto à comunidade para servir como uma ferramenta das/os moradoras/es, para reclamações e garantia de seus direitos.
- Fortalecer e incentivar a participação das organizações locais em conselhos temáticos, como o Conselho de Educação, de Segurança Pública, entre outros.







## Parceiros

